



A seleção de pessoal para o atendimento às famílias deixará de ser feito pelo Instituto Candango de Solidariedade e começa dia 4 de fevereiro, para a admissão de 3.200 novos funcionários

SAÚDE EM CASA FICA

Clarissa Lima
Da equipe do **Correio**

O secretário de Saúde, Paulo Kalume, garantiu ontem que o programa Saúde em Casa será mantido. "É uma decisão de governo manter esse programa. Seria uma insensatez desativá-lo", afirmou. A "menina dos olhos" do ex-governador Cristovam Buarque continuará no governo Roriz com algumas alterações.

A primeira mudança será na seleção e treinamento dos 3,2 mil funcionários. A partir do dia 4 de fevereiro. A Secretaria de Saúde ficará responsável pela seleção de pessoal. Antes, esse trabalho era feito pelo Instituto Candango de Solidariedade (ICS), que manterá contrato com a secretaria.

"Verificamos que muitos funcionários não cumpriram o horário de trabalho e algumas licenças médicas eram indevidas. Além disso, acreditamos que a secretaria está mais qualificada para desenvolver esse trabalho", explica Kalume.

A intenção da secretaria é de que o programa siga a mesma linha do Saúde da Família, um similar do Ministério da Saúde. Para isso, Kalume nomeou uma comissão que fará um mapeamento do programa no DF, "visitando todas as equipes". O trabalho será finalizado em cinco meses. "Vamos ouvir a comunidade para saber o caminho correto. O que estiver bom, será mantido", afirmou.

Segundo a coordenadora do Saúde em Casa, Maria da Paz Coutinho, a secretaria recebe cerca de 15 ligações, por dia, de moradores reclamando da assistência médica oferecida pelas equipes do programa.

PENDÊNCIAS

Uma das grandes polêmicas com relação às possíveis mudanças no Saúde em Casa é com relação ao fechamento da sede das equipes. Atualmente, o GDF paga aluguel de 190 casas, que custa em média R\$ 400,00, contabilizando um gasto mensal de R\$ 90 mil. Em

todo o DF, estão montadas 278 equipes. Sobre o possível fechamento das sedes, o secretário prefece manter a cautela.

"Existem questionamentos sobre a necessidade de casas para todas as equipes. Vamos analisar a possibilidade de transferir unidades para centros de saúde, escolas e igrejas da comunidade. Tudo será feito baseado nas necessidades de cada cidade. Mas pretendemos acabar com os aluguéis nos próximos cinco meses", adianta. A medida seguiria os padrões do Saúde da Família, cujas equipes não utilizam sedes, mas as próprias unidades de saúde de cada área. "Mas nada está definido ainda. Ninguém vai acabar tudo de uma hora para outra", ressalta. "O objetivo é integrar o Saúde em Casa todo o sistema de atendimento médico do DF. Já que temos uma rede hospitalar bem distribuída, podemos aproveitá-la", argumenta Maria da Paz.

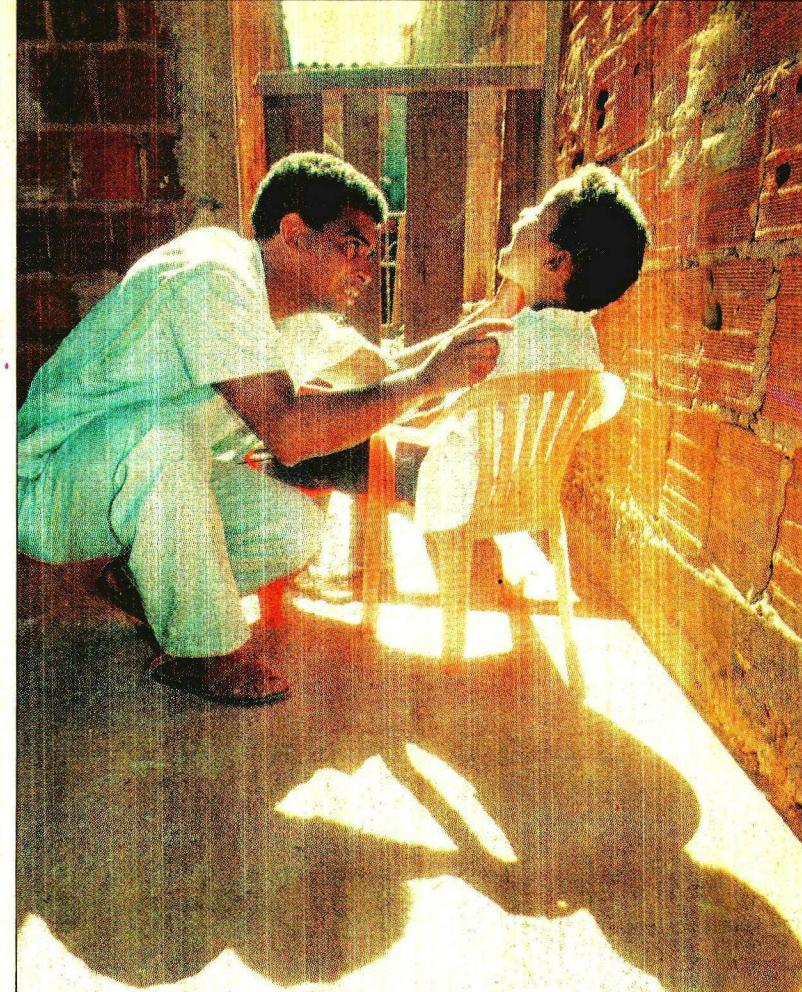
Outro diferencial do Saúde em Casa, em relação ao programa do Ministério da Saúde, é o Saúde Bucal, implantando no ano passado. "Não está nada definido, mas o atendimento odontológico também deve continuar", disse Kalume.

Hoje, o programa atinge nove das catorze cidades atendidas pelo programa. Para cada duas equipes de agentes comunitários, existe um grupo de odontólogos para fazer o atendimento. Um levantamento feito pela secretaria indica que 50% da população beneficiada já precisava de uma prótese ou tinha cavidades na boca.

Uma das grandes polêmicas do programa, a disparidade salarial entre médicos do programa e da Fundação Hospitalar, também deverá ser revista pela secretaria. Atualmente, um médico da FH ganha R\$ 1,3 mil, enquanto o profissional do programa recebe R\$ 4 mil. "Vamos tentar equilibrar esses salários puxando para cima. Para que todos ganhem mais", garantiu Kalume.

O secretário não adiantou se serão feitas demissões. "Vamos esperar pelo relatório final, daqui há cinco

Acácio Pinheiro 21.7.98



Segundo o secretário de Saúde, manter o programa é uma decisão de governo

meses". Por mês, são gastos R\$ 5,2 milhões com o pagamento de funcionários do programa. A folha de pagamento da Fundação Hospitalar custa R\$ 32 milhões aos cofres públicos. O Ministério da Saúde repassará, este ano, cerca de R\$ 7 milhões ao programa, que sempre recebeu auxílio do governo federal.

REPERCUSSÃO

A possibilidade de fechamento das unidades do Saúde em Casa causou revolta nos moradores e polêmica entre profissionais da área. A dona de casa Gildenete Alves da Costa, 40 anos, costuma ir duas vezes, por dia, ao posto da equipe 28 na Ceilândia, que fica há cinco minutos da sua casa. "Tenho que verificar a pressão to-

dos os dias. Se o posto fechar, não sei o que vou fazer", comenta. O centro de saúde mais próximo da sua casa é o de número 6, que fica há vinte minutos de caminhada.

A dona de casa Maria das Graças Freire, 50 anos, também não sabe como vai se virar caso o posto encerre suas atividades. Com cinco filhos, ela costuma ir ao posto, pelo menos uma vez por semana. Ontem, esteve no local para tratar do neto Thalis, um ano e sete meses, que pode estar com anemia crônica. "Se fechar, vai ser muito difícil pra gente. No posto, nem sempre tem vaga", lamenta.

Para o ex-coordenador do Saúde em Casa, Antonio Alves, o fechamento das sedes das equipes significará o fim do programa.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

DIFÍCIL DE ENGOLIR

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

Não dá para disfarçar. A nova equipe de governo não engole o programa Saúde em Casa. Apesar dessa gestão afirmar que ele será mantido, como o da Bolsa-Escola, sua sobrevivência está ligada a profundos ajustes. O governador Joaquim Roriz e seus fiéis seguidores não suportam a idéia de abrigar mais de três mil petistas sob suas asas.

O fato é que todas essas pessoas foram contratadas sem concurso para trabalhar exclusivamente no programa durante o governo Cristovam Buarque (PT). Foram avaliadas pelos currículos e por entrevistas. Sob a ótica dos rorizistas, a condição para o contrato era ser militante ou simpatizante do PT.

A preocupação do governo que acaba de assumir não é à toa. Pois o Saúde em Casa foi para Cristovam o que a Novacap foi para Roriz na sua gestão anterior: um bom ninho para abrigar cabos eleitorais.

Agora a sombra da demissão paira sobre os servidores do Saúde em Casa, que não têm estabilidade no emprego, porque foram admitidos por meio de contrato temporário. Por enquanto, não haverá alarde. Mas é certo que os privilégios dos servidores do programa estão com os dias contados.